

BRIEF DPB

0000968



A QUESTÃO HERSENT

E 0

CHALET DE LUSO

POR

UM BEIRÃO

O calumniador é o assassino moral, perigosissimo, porque está fóra das leis de todos os paízes.

(Diario Illustrado n.º 5417 de 10 de maio de 1888).



PORTO

TYP. DE ANTONIO JOSÉ DA SILVA TFIXEIRA Rua da Cancella Velha, 70

1888

Marada Ma e v

A QUESTÃO HERSENT

CHALET DE LUSO

Bre-DPB 0:03965

A QUESTÃO HERSENT

E 0

CHALET DE LUSO

POR

UM BEIRÃO

O calumniador é o assassino moral, perigosissimo, porque está fóra das leis de todos os paizes.

Mario Illustrado n.º 5417 de 10 de maio de 1888).

pr¹

(NV) VV

PORTO

TYP. DE ANTONIO JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA Rua da Cancella Velha, 70



A QUEM LÈR

As duas palavras que ao diante escrevemos com respeito á questão das obras do porto de Lisboa e do chalet de Luso são um protesto vehemente contra as calumnias que se têm escripto a esse respeito.

Não escrevemos com a mira em empregos publicos, nem para bajularmos seja quem fôr.

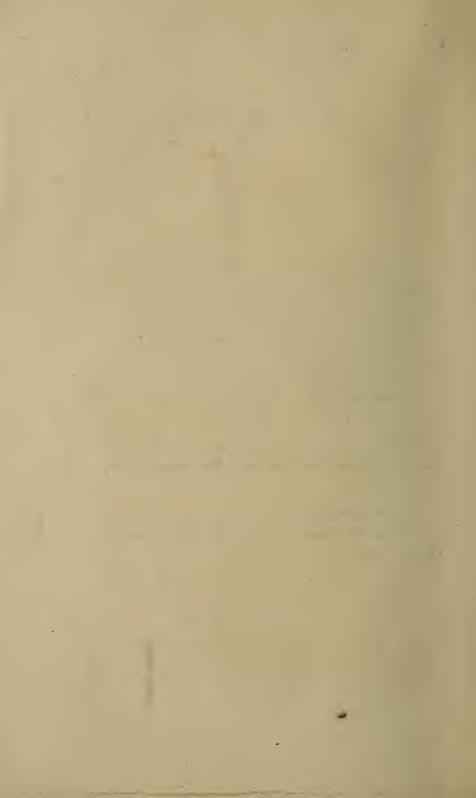
A imparcialidade com que analysamos os factos, prova essa verdade.

Beirão de gemma, defendemos um illustre beirão. Cumprimos com um dever de compatriotas, e nada mais.

Faça-se pois justiça.

Faldas da Serra da Estrella, 28 de junho de 1888.

Um Beirão.



O Chalet de Luso

Parece que a evolução social, que no presente seculo se nos apresenta como o problema mais facil de resolver as questões politicas, tem, por principio activo, o desmoronamento de todas as boas intenções da sociedade, que outr'ora formaram a vida politica das nações.

A tripode, sobre que assentam esses principios, é o descredito simultaneo, o deboche politico, a

anarchia nas familias.

Não mais ministros honrados. Não mais familias honestas.

Probidade e virtude, palavras vas e sem sentido. As theorias de Naquet d'envolta com o realismo

de Zola.

O ridiculo substituindo o sublime. O descredito como critica-politica.

O materialismo como necessidade social, e o ideal como uma loucura.

O jornalismo portuguez tornou-se uma sentina publica.

As questões economicas, politicas e sociaes, não

se estudam, nem se pretende comprehendel-as.

Os ministros são todos uns ladrões, uns pulhas, uns devassos, na linguagem picaresca e debochada d'esses pasquins que se chamam emphaticamente —

jornaes politicos.

Toda a frandulagem, todos os scrocs, todos os maltrapilhos se arvoram em jornalistas, e, aquelles que se prezam de ter um nome na republica das letras, descem muitas vezes ao lodaçal do insulto para conquistarem a mesquinha e misera venda dos seus jornaes.

Os 10 reis são precisos. A tiragem do jornal deve ser grande, e então é necessario insultar o rei,

os ministros e todas as auctoridades.

Isto é simplesmente vergonhoso! E' o deboche d'uma nação, quando não é o seu descredito.

A que tempos chegamos, santo Deus!

* *

E' forçoso vir á imprensa procurar essa luz radiante de scintillações vibrateis que nos enthusiasmam com a electricidade das suas manifestações, para pôr a nú, para arrancar o véo a essa estatua de Pasquino, todas as excrescencias fetidas e putridas do jornalismo portuguez, salvas pequenas excepções, e entre ellas as que comprehendem que um jornal é uma luz e não um esterquilinio.

E' preciso fazer guerra e guerra de morte a essa licença desbragada da imprensa, mais impudica que as hetairas que se apresentam no meio d'essas ruas vendendo o corpo e a alma a quem lhes dá uns miseros cobres.

Guerra e guerra de morte ao nosso descredito

litterario-jornalistico.

Ponhamos um dique a essa torrente, e levantemo-nos todos como um só homem contra os que conspurcam reputações illibadas e consciencias tranquillas.

E' preciso que alguem principie esse trabalho.

Sejamos nós os primeiros.

* *

A politica portugueza teve sempre, por principio, o descredito. Nunca pelejou — e vergonha é confessal-o — com as armas leaes da discussão placida. Nunca questionou esses principios, nem demonstrou que este ou aquelle governo tinha feito mal com uma lei, discutindo essa lei em boa hermeneutica juridica. Não. Não questiona, insulta; não demonstra, atrapalha tudo.

E a razão d'isto?

E' simples a resposta:

E' porque quasi nenhum jornalista estuda as questões e faz opposição systematica, a peor das politicas, e o peor dos sentimentos da nossa alma e a mais derrancada das nossas opiniões.

Vê-se isto de ha muito tempo, desde que os jornalecos de 10 reis se impuzeram ao mercado publico como ganancia, como mercancia estupida, como

exploração vergonhosa.

Nem a vida particular escapa a esses pseudo-jornalistas que crearam um mercantilismo infame e duplamente desavergonhado.

Isto não é politica, nem são jornaes: é o requinte da infamia e a apologia da Immoralidade.

E não escapa ninguem, desde o rei, irresponsavel pelos actos do governo, até ao mais simples cidadão.

Fomos sempre assim. Não é de hoje, infelizmente; mas devemos todos applaudir esses principios? Não. Devemos todos prostituir-nos? Não. Haja alguem que se pronuncie abertamente contra esses desmandos, que encontrará a maioria da nação a seu lado, porque nem todos nós applaudimos o insulto, nem todos nós nos rojamos aos pés do mercantilismo para vivermos vida socegada e desafogada.

Façamos pois uma cruzada a esse mercantilismo e a essa exploração vergonhosa, que nos tem collo-

cado no ultimo logar das nações civilisadas.

Nós não vivemos entre selvagens. A sociedade portugueza caminha para o progresso, um pouco vacillante, mas vai caminhando. Se uns pretendem explorar esse progresso com uma evolução pouco condigna com os principios da sua organisação, encontram no seu caminho muitos que lhes tem mão. Ve-

jamos.

Os anarchistas encontram a velha guarda dos conservadores, que os repudia. Karl-Marx lá tem Pelletan, que lhe destroe, uma a uma, todas as suas theorias estupidas e inaceitaveis. Julio Simon, o socialista, encontra Bismark como antagonista. Os communistas lá têm muitos ferrenhos republicanos a gritarem contra a communa. Nós cá, em Portugal, n'este bello solo portuguez, nem temos anarchistas, nem socialistas, nem republicanos, felizmente. Essa rapaziada, travêssa e irrequieta, que se diz republicana, é a primeira a quebrar lanças pela monarchia, logo que se lhe dê um talher á mesa do orçamento. Esta é que é a verdade. Republicanos de convicção em Portugal, só temos um. E' o snr. Elias Garcia,

que foi necessario creal-o, como aquelle Deus que Voltaire proclamou á hora da morte. O snr. Elias Garcia, esse distincto engenheiro, um excellente caracter, um homem de bem ás direitas, uma individualidade que todos nós respeitamos, é que se fez republicano a valer, como muito bem disse o fallecido estadista snr. conselheiro Fontes: É preciso que o Elias Garcia seja republicano, porque se elle não o fosse, era necessario creal-o.

E é por essa razão que s. exc.ª vai sempre ao parlamento, d'onde é um dos mais conspicuos oradores, tanto pela sua illustração como tambem para representar um partido, que ainda está por nascer.

De resto, os republicanos em Portugal são apenas uns rapazes com o sangue na guelra, amigos da republica, como são amigos das cocottes, das touradas, dos circos equestres, e de tudo o que fôr proprio da fogosa mocidade. Não fazem mal por isso, nem derrubam as instituições. Estão no seu direito, e ninguem lh'o póde contestar.

Bem dizia o fallecido Rodrigo da Fonseca: Todo

o rapaz, aos 26 annos, deve ser republicano.

Temos pois em Portugal apenas dois partidos, aos quaes vamos prestar as nossas considerações, e

dizer o que elles têm sido.

O primeiro é o progressista. Nasceu da célebre Maria da Fonte, dos patuleias, dos *pés-frescos*, dos que desadoravam os Cabraes, dos setembristas, e dos miguelistas descontentes.

Esse partido, que hoje está no poder, já poucos individuos tem d'aquelles tempos, em que a voz insinuante dos Passos impunha respeito ás demasias

governativas dos Cabraes.

Esse partido, que, tendo sido o primeiro, que depois de 1833, fez comprehender ao paço a necessidade d'uma nova constituição, baseada nos principios da maxima liberdade e do suffragio popular,

tem tambem sido ultimamente o que mais tem soffrido nas luctas politicas; e, como todas as suas medidas financeiras e economicas pretendem avançar no caminho da liberdade, encontram sempre a maior reluctancia no partido conservador.

Não fallamos do partido regenerador. Esse deixou de existir com a morte do notavel e illustre estadista Fontes Pereira de Mello. Não creiam que elle exista, porque nem todos reconheceram o snr.

conselheiro Serpa por seu chefe.

A sua eleição foi feita por subscripção; e um chefe d'um partido deve impôr-se, e não precisar de uma eleição um pouco caricata. Assim o fizeram Rodrigo da Fonseca, Passos, Costa Cabral, duque de Loulé, Fontes, duque d'Avila, e outros muitos.

O partido regenerador morreu.

Que o digam todos os que o seguiram. Que o digam aquelles mesmos que foram ministros com o Fontes, que formaram gabinetes e situações.

Estão unidos? Não. Nenhum dos ultimos minis-

tros regeneradores communga as mesmas idéas.

Temos d'um lado o snr. conselheiro Hintze Ribeiro, querendo chamar a si todos os que julga serem seus amigos. Os snrs. conselheiros Lopo Vaz, Thomaz Ribeiro, Barjona de Freitas, todos querem formar grupos distinctos, patrulhas, como actualmente lhes chamam; e o partido regenerador, esphacelado, sem programma, sem um chefe que se imponha, morreu, e morreu com o seu chefe.

Admiramos as intelligencias que o formaram, e que são robustissimas. Admiramos a sua hombridade, o seu aprumo, a sua conducta e a sua iniciativa d'outr'ora; mas não nos convencemos que, entre si, no seu gremio da rua do Norte, haja essa solidariedade que existia no tempo em que o notavel estadista Fontes lhes impunha respeito e o seu credo politico.

O partido regenerador morreu; e morreu para não se levantar mais; porque terrivel tem sido o seu

systema politico desde a morte do seu chefe.

A sua imprensa, essa imprensa que, outr'ora, deu exemplos de cordura, de sensatez e de dignidade, tem descido até á ultima das degradações, e tem vomitado as maiores injurias contra dois dos actuaes ministros os snrs. conselheiros Marianno de Carvalho e Emygdio Navarro.

Não ha apodo conhecido no vocabulario da mais ordinaria regateira, não ha insulto dos mais desbragados que se não tenha escripto contra os dois ministros, que só têm por culpa o quererem fazer al-

guma coisa em beneficio do paiz.

E' para mais tarde que fallaremos d'isso.

Agora tratemos dos principios politicos do nosso paiz.

* *

Como dissemos, em 1844 appareceu o partido progressista, apresentando o seu programma, que

era o mais desejado por todo o paiz.

As luctas intestinas que desde 1828 até á revolta dos marechaes nos tinham assolado, levando uns ao patibulo, outros ao exilio, tinham definhado o paiz; estavamos n'uma lucta constante em que perigavam todos os nossos interesses economicos e sociaes, e até 1851 nós vivemos uma vida amargurada. Os melhoramentos materiaes do paiz estavam esquecidos. O exercito mendigava pelas portas, rebatendo os soldos e o pret. As industrias estacionavam. Havia ameaças de bancarrota. Em 1846 a politica levava para o exilio muitos patriotas. Torres-Vedras e o Alto do Viso foram os ultimos arrancos e arrancos terriveis das nossas guerras civis. Felizmente o par-

tido progressista pôz um dique a essa torrente devastadora. Não foi a regeneração. Não. Em 1851, o duque de Saldanha e Rodrigo da Fonseca, embora collaborassem no grande principio de terminarem essas luctas fratricidas, o seu credo politico não era tão adiantado que nos concedesse as regalias que já tinham pedido os patriotas de 1820, inicio do grande partido progressista. Não. Receavam o suffragio popular. Receavam a liberdade da imprensa, e o paço, n'aquelles tempos, acompanhava-os. Temiam as camaras, e não trabalhavam para a emancipação social. O duque de Saldanha só confiava no exercito. Era um cabo de guerra, e nas casernas contava com todo o seu apoio. Era o governo militar. Era o militarismo que lhe indicava as reformas a fazer, descurando completamente os melhoramentos materiaes do paiz. O duque da Terceira, um coração d'ouro, um liberal dos mais dedicados ao throno, não era um ministro de finanças, nem de administração publica. Honrado como os honrados, fiel ao throno e ás instituições, amigo da tropa e do povo, não tinha a coragem de luctar com o cesarismo de Rodrigo e o militarismo do Saldanha. O seu papel, no ministerio, representava apenas um ministro nobre e digno, mas sem acção propria. Rodrigo sabia conhecer isso, e dominava a situação.

Iniciaram-se, sob os principios da administração cabralina, os primeiros melhoramentos do paiz. O povo reagiu. Acostumado ao estacionamento, não desejava melhoramentos, como nunca desejou reformas politicas nem sociaes. Queria o paiz em socego, mas que o edificio social não soffresse a mais pequena modificação.

Custou muito e muito a iniciar os melhoramentos, que actualmente desfrutamos, e que não são ainda os que desejamos.

Vieram depois graves complicações, e foi preci-

so que o partido progressista tomasse a peito as questões economico-sociaes, e melhorasse as nossas condições financeiras. Que levantasse o credito e que abolisse todos os monopolios.

Podemos dizer que o paiz começou a ter vida nova desde 1863, quando o partido historico deu principio ás grandes conquistas de civilisação e de

progresso.

Teve que luctar e muito; é desde então que a imprensa adversa ao partido progressista tentou ex-

plorar a opinião publica.

O snr. Lobo d'Avila (hoje conde de Valbom) foi o ministro que mais soffreu n'essa época. A questão das freiras d'Arouca, de João de Brito e a de seu irmão o fallecido general Lobo d'Avila, foram o thema forçado d'essa imprensa que levantou as maiores calumnias contra o partido, que em 1864 abolia o monopolio do tabaco e os morgados!

O que se escreveu então... é uma vergonha re-

lembral-o aqui.

A opposição explorava com esses insultos. Nas esquinas das ruas da capital appareciam cartazes a annunciar publicações as mais infames.

O ministro entendeu demittir-se. Fez mal. Devia mandar processar esses insultadores-móres, para en-

sino dos vindouros. Não o fez.

Devemos confessar aqui, que o snr. conselheiro Joaquim Thomaz Lobo d'Avila foi um bom ministro da fazenda, e que a sua competencia foi reconhecida por todos. Os seus conhecimentos sobre questões financeiras, a sua illustração, e a sua dedicação aos serviços publicos, ninguem os póde negar.

Lobo d'Avila sahiu pobre do ministerio. Os que o accusavam, com essas accusações gratuitas, até hoje, são passados vinte e quatro annos, ainda não provaram essas accusações; porque accusar é facil,

provar é difficilimo, e mais adiante o demonstraremos.

* *

Antes d'esses acontecimentos, em 1861, quando a morte com o seu horrivel cortejo invadiu os paços reaes, a opposição e a canalha das ruas, levantava-se alcunhando de assassinos os ministros e apedrejava as suas carruagens.

Chegava a cegueira d'essa opposição a levar o povo, prompto sempre, para todas as arruaças, a chamar assassinos aos que, no remanso dos seus gabinetes, estudavam as questões economicas, e lamentavam, como o povo, a morte dos augustos filhos de

D. Maria II.

Vox populi — gritava essa imprensa, como se a voz do povo não fosse a mesma que em 1828 dava vivas á santa religião e morras aos malhados! Como se esse povo tivesse voz, quando não é impellido ás hecatombes sociaes como as das Vesperas Sicilianas, de 1793, de 1828 e de 1871, na grande cidade de Paris, a Caput da civilisação, como lhe chamou Victor Hugo?!

O povo?!...

Que nome pomposo para armar ao effeito, esses que se valem da sua inconsciencia, ou, por outra, da sua perversidade, para levar ao incendio, á morte, á destruição, a todas as iniciativas do progresso.

O povo ?!...

Esse, que em 1852 se levantou contra o systema metrico, contra as estradas a macadam, contra as vias-ferreas, contra os arrolamentos, e ultimamente contra as licenças e o inquerito agricola.

O povo?!...

O que é esse povo ao qual damos o pomposo no-

me de povo soberano?

Será esse que alcunha de ladrões todos os empregados publicos, e que nos sae á estrada pedindonos a bolsa ou a vida? Será esse que enche diariamente os calabouços da policia e os antros das cadeias publicas?

Não confundamos as nossas demasias da impren-

sa com as ambições do nosso coração.

O povo faz o que lhe mandam, porque, propenso a vêr, nos que sobem aos altos cargos do estado, uns inimigos, vota-lhes um rancor concentrado, que desabafa constantemente na imprensa e nas tavernas.

Todos os ministros são ladrões!

Eis a phrase bombastica do nosso povo que não admitte virtude, nem honra, nem probidade, nem dignidade, n'aquelles que a politica, ou, por outra, es seus merecimentos, collocaram n'uma plana superior.

E os ministros sahem pobres do poder, deixando as suas pastas atulhadas de pedidos e de empenhos para empregos publicos; e levando ás suas familias muitos desgostos, muito trabalho e muita responsabilidade.

E é esse povo soberano, é essa imprensa illustrada, são esses que desejam ser ámanhã ministros, que gritam contra o governo, porque todos os que governam — são uma corja de ladrões.

E escreve-se isto n'um paiz que se diz civilisado! n'uma nação que tem por timbre a caridade e o

amor da patria!

Que triste contraste!

Que terrivel apologia aos nossos costumes!

* *

Foi, pois, em 1861 que Portugal teve que vestirse de luto por duas perdas nacionaes, e irremediaveis: a da nossa politica de principios e da nossa

dignidade jornalistica.

O paço tinha servido em 1846 para alvo d'uma imprensa clandestina. O throno era o cadafalso das liberdades; o paço, a caverna de Caco! Em 1887, essa imprensa que ahi está, levantava-se contra dois ministros, e levantava-se tão vilmente, tão desbragadamente, tão insolentemente, que até temos pejo de pertencermos á classe dos que com a penna têm em trinta annos trabalhado em prol das nossas regalias e do nosso systema constitucional.

Em 1887 arvorava-se a bandeira negra da diffamação e da calumnia contra dois ministros, e pretendia-se arrastal-os até ao ultimo dos descredi-

tos.

E quem iniciou essa campanha de diffamação? O ex-partido regenerador. Foi quasi toda a imprensa d'esse partido, começando por aquella que em 1862 chamou áquelle mesmo partido—a Politica do Serralho, rojando-se depois aos pés do chefe implorando-lhe o pænitet, e aceitando-lhe uma pasta, que se levantou tremenda em accusações gratuitas e graciosas contra os dois ministros que tinham por defeito iniciarem uns certos principios de reformas nos seus ministerios.

A campanha da diffamação alastrou-se. Foi d'um polo ao outro; e, não contente com isso, explorou vergonhosamente com um folheto—as *Trovas ao Marianno*, uma versalhada immunda e asquerosa, a inconsciencia d'um povo avido sempre d'escandalos.

Já em 1881 um poeta de versos arrojados, um bom rapaz, mas um espirito doentio, tinha explorado o mercantilismo, publicando um folheto—a *Traição*, onde de envolta com uns versos incendiarios, e

algumas vezes estapafurdios, se envolvia o nome de el-rei, e esse folheto teve uma voga enorme, colossal!

O povo, esse tal povo soberano, achava sabor nos descreditos, e não acreditava nas boas obras do monarcha.

O snr. D. Luiz I queria vender a patria; mas essa patria adorava o monarcha que desce do seu solio até ao humilde tugurio dos desvalidos, matando-lhes a fome e cobrindo-lhes a sua nudez.

O poeta ganhou dinheiro, ganhou uma popularidade ephemera, mas cahiu. O seu nome esqueceuse; mas el-rei, superior a essas emboscadas d'exploração vergonhosa, continuou na sua grande obra de bem-fazer, e a nação congratulando-se com o vêr no throno ao lado d'aquella que tem hoje um nome querido — o Anjo da Caridade.

Em 1882 houve a *Traição*. Em 1886 houve novo folheto—a tal versalhada das *Trovas* que se vendeu a 40 reis—a mesquinha e miseravel exploração d'um jornalista, que sendo um bom rapaz, um espirito culto, um militar, desceu a escrevinhar umas quadras que fizeram as delicias das tavernas e das

casernas, c a sua eterna vergonha.

E era um deputado, um militar, um jornalista, um excellente moço, que vinha para a praça publica da diffamação, atacar, sob a capa d'um anonymo, um ministro que nunca lhe tinha feito mal algum!

O povo gostou. A sociedade illustrada criticou o poeta. Os miseros 40 reis não enriqueceram o auctor do folheto, a opinião publica commentou a seu sabor, chamou canalha ao auctor, e elevou o ministro que ficou, porque não era uma versalhada insulsa, torpe e nojenta, que podia atirar á rua um ministro.

E a nação riu-se dos versos, e teve nojo da sua publicação.

Lamentamos ainda hoje o seu auctor. Não podia

gloriar-se de os ter escripto.

O velho Sampaio honrava-se, ainda nos ultimos tempos da sua vida, de ter escripto o Espectro. O auctor das Trovas ao Marianno não póde jámais dizer: Eu fui o auctor d'aquella indecencia que vendi a 40 reis.

Victor Hugo honrava-se em ter escripto o Napoléon le Petit; mas que differença entre as convicções republicanas de Victor Hugo, para as do snr. Gomes Leal e as do auctor das Trovas!

Entre uns e outros, que abysmo!

Victor Hugo não escreveu para explorar a opi-

nião publica a troco d'esses miseros cobres!

Os dois poetas—ou os dois poetastros portuguezes—esses exploraram a bonhomia do povo, mercadejaram uns cobres, que renderam, a um uns mezes de Limoeiro, ao outro a vergonha de ter escripto semelhante patacoada.

Tout passe!

Passou a versalhada, e como só produziu o effeito desejado de arranjar meia duzia de patacos para charutos, a opinião publica, após os primeiros risos de complacencia, e da gargalhada avinhada dos fadistas da Mouraria e Bairro-Alto, teve dó dos miseros que se emporcalharam insultando, um, o monarcha; outro, o ministro.

Triste condição dos vates que descem á poesia do insulto para auferirem meia duzia de miseros vin-

tens!

Triste jornalismo, que, para viver, precisa de insultar à tort et travers—todos e tudo! já que só encontra leitores e assignantes que se enthusiasmam com essas infamias.

E mais triste do paiz que aceita essa campanha de diffamação, a applaude e a paga!

* *

Nada ha mais facil do que a calumnia, e nada ha de mais difficil que provar as accusações calumniosas.

Desde tempos immemoriaes que o povo se acostumou á calumnia como arma de vingança, e foi essa a arma que levou ás fogueiras da inquisição, aos carceres e aos patibulos milhares de victimas.

A calumnia tem sido a arma mais terrivel do genero humano. Nós vivemos de nos desacreditarmos mutuamente; e quanto mais somos civilisados, mais

a calumnia nos agrada.

Os selvagens não calumniam. As suas guerras, as suas luctas, são filhas da ambição e não da calumnia.

É verdade que os selvagens não têm a escravidão; e nós, os povos que temos illustração, trouxemos para a Europa e para a America a escravidão.

A raça branca, desceu; a negra, elevou-se. A escravatura ennodoou a civilisação europêa e america-

na. Os selvagens olharam-nos estupefactos.

Nós arrancámos a liberdade aos que tinham direito a ella, e andámos muitos seculos a trabalhar para a conquistarmos, e nunca temos liberdade! porque a liberdade não é isso que para ahi temos com um codigo constitucional e um *pêle-mêle* de leis absurdas que os melhores jurisconsultos não entendem.

A liberdade é um mytho nos paizes da raça latina.

A liberdade não é essa licença da imprensa, nem a depravação moral de nós todos.

À liberdade não é dar um emprego a um indivi-

duo, não lhe dando ordenado que o deixe viver des-

afogadamente.

A liberdade não são essas regalias ficticias de fallarmos e escrevermos o que quizermos, se n'isso tudo fôr envolto o manto da calumnia.

A liberdade não se aclimata n'um paiz que apedreja os desvalidos, e se roja aos pés dos argentarios.

Nós não somos um paiz civilisado. Nós somos os

primeiros selvagens da civilisação europêa.

Nós vendemos a consciencia, o voto, as convicções á opulenta mesa do orçamento, para nos regalarmos á larga n'um festim orvalhado de lagrimas dos pobres e dos contribuintes.

Nós somos os ultimos na escala da civilisação,

porque vivemos a descompormo-nos mutuamente.

A civilisação não é isto.

A liberdade não é a almoeda da nossa consciencia.

O progresso não é a treva, é a luz.

A imprensa é um refugio dos desprotegidos, não

é um azorrague, nem o knout dos verdugos.

A litteratura não é o realismo nú e descarnado, nem as chispas de fogo que queima os nossos melhores sentimentos.

A exploração da credulidade publica é uma infa-

mia.

A sociedade é um antro de feras, e devia ser o Areopago da illustração.

A politica não é o descredito dos antagonistas:

é a lucta de principios.

A verdadeira politica é a que tem por base os dogmas da liberdade, progresso e civilisação.

Estamos muito atrazados.

A liberdade que conquistámos com as armas e com a penna trouxe-nos este mal-estar, que produz o indifferentismo, e com esse indifferentismo o desleixo de tudo o que nos cerca.

Estamos mal. Negal-o seria uma tolice. Caminhámos muito; hoje estamos cançados. As luctas foram grandes e succumbimos.

Houve um tempo de gloria, e esse morreu.

Não temos amor á patria, nem aos grandes principios de sociabilidade humana.

E' isto a evolução social? Será, mas não produ-

zirá os resultados que desejamos.

Podiamos ainda melhorar, se essa imprensa, a alavanca de todos os grandes melhoramentos, se modificasse. Não póde ser.

A sêde do jornalismo tornou-se insaciavel.

E dizem que progredimos?! Como? Por termos desenvolvido o jornalismo desde a capital até á al-

deola mais sertaneja? Não.

Esse desenvolvimento seria um bem se as suas bases fossem de bom cimento. O edificio seria grandioso, admiravel, sublime! mas, não. Infelizmente, o jornalismo canalha assentou barração no campo da calumnia e o seu fogo visa apenas ao descredito. Não progride nem illustra. Desacredita e desacredita-se.

Cava um abysmo, onde ha de despenhar-se.

Vale-se do insulto, e caminha, caminha como o Ashaverus da lenda, sem ter descanço, sem prégar o Evangelho, sem illustrar, sem defender as nossas regalias.

Fatal illusão dos pseudo-jornalistas modernos!

D'onde proveio este mal?

Quem nos póde responder a esta pergunta tão

simples?

Ninguem, porque a resposta é tão difficil como difficeis são as questões sociaes que se agitam ao norte da Europa.

Lá fóra o anarchismo e o socialismo; aqui a imprensa vilã a cahir de momento a momento nos tremedaes da calumnia e da vingança mesquinha e torpe.

E chama-se a isto illustração?!...

Proh pudor!

* *

Depois do que temos dito, vamos entrar na questão que nos serve de titulo para este pamphleto.

Não pretendemos com elle conquistar applausos, nem benesses, nem mercadejar com a opinião publica. Não pretendemos sequer entrar no Capitolio, nem descer a Rocha Tarpeia.

Nem nos elevaremos nas azas da lisonja, nem

desceremos á baixeza do insulto,

Viemos a este campo trabalhar em favor de nós todos; porque precisamos trabalhar para illustrar, e para que essa imprensa se eleve á alta missão que

The compete na sociedade.

Somos escriptores e jornalistas e já envelhecemos a trabalhar n'esse campo tão esteril. Temos escripto muito, e se apparecemos sob o véo do incognito, é porque não queremos que se julgue por um lado menos digno esta obra.

Não é um insulto, nem uma accusação.

E' um grito de indignação contra uma certa imprensa, que se não envergonha de descer até onde descem as mais reles viragos das praças publicas.

Desadoramos essa linguagem; e, se a imprensa tem a consciencia do que escreve, seja franca e leal. Accuse com provas; mas não calumnie, porque a calumnia, como diz Castilho, é como o carvão: sempre suja.

Tem provas dos crimes que imputa? Apresente-as sem rebuço, sem sophismas; e não ataque de emboscada com accusações gratuitas, porque se o

Zé Povinho gosta, a gente illustrada rejeita-a e censura-a.

Desgraçadamente a nossa politica cahiu na ultima das baixezas. Vive da calumnia; e explora-a na imprensa como degrau para os conselhos da corôa.

Quando um paiz assim vive, a sua existencia

não é invejavel.

Vamos pois tratar das questões a que nos propuzemos, e demonstrar que mal vai a essa imprensa que pretende escalar o poder pela arma do insulto.

Se a maxima liberdade que gozamos nos dá esse direito, o abuso que d'ella fazemos só nos póde acarretar um grande mal.

O futuro nol-o dirá.

* *

E' preciso dizer alguma coisa dos dois ministros, aos quaes a opposição tem atirado todos os seus dardos venenosos.

O exc.^{mo} snr. Emygdio Julio Navarro nasceu em Vizeu, e d'alli passou a estudar primeiras letras, mostrando logo um talento privilegiado. Filho, como o exc.^{mo} snr. Marianno de Carvalho, de paes humildes, á custa de muitos sacrificios passou a Coimbra, e nos bancos da Universidade provou que era um estudante distinctissimo.

Logo que tomou o grau de bacharel em direito, passou á capital, e tanto no fôro como na imprensa periodica provou que era um homem d'acção e de energia pouco communs.

Entrando para o parlamento, os seus discursos,

embora violentos, eram matizados de flôres de rhetorica e de conhecimentos de todos os ramos de ad-

ministração publica.

Cahindo o governo regenerador em 1886, o exc.^{mo} snr. Emygdio Navarro foi nomeado ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, no qual se tem conservado.

Demonstrar aqui toda a actividade que o illustre ministro tem imprimido no seu ministerio, é desnecessario, porque só as obras do porto de Lisboa e a rede dos caminhos de ferro são o bastante para provar qual é o vigor da sua intelligencia e a sua dedicação á pasta que Sua Magestade lhe confiou.

Incansavel, activo, laborioso, é um dos ministros que nunca falta na secretaria. Alli, entregue aos mil negocios que o cercam, presta um culto o mais devotado a tudo o que forem melhoramentos publicos, e ninguem lhe póde negar os vastos conhecimentos que possue de todos os ramos de administração publica.

Filiado no partido progressista, tem sido um dos seus mais valentes caudilhos. Na imprensa e na tribuna foi sempre o primeiro a defender o seu partido, tomando tanto calor n'essa defeza, que os contrarios sempre o temiam.

Hoje, elevado ao cargo mais importante a que póde chegar um politico, s. exc.ª tem provado que bem merecia esse cargo, porque o seu genio, a sua intelligencia, e a sua dedicação ao partido em que

milita, o tinha conquistado.

Como chefe de familia, como particular, como jurisconsulto e como funccionario, o snr. conselheiro Emygdio Julio Navarro é um homem de bem; e tanto que, podendo vingar-se dos que tanto o tem insultado, s. exc.ª estima-os, e esquece offensas, e offensas que tanto o tem magoado.

Dito isto, resta ao paiz fazer justiça aos seus merecimentos.

Sentimos estar tão longe e não possuirmos mais apontamentos da vida particular e politica de s. exc.^a, para aqui os apresentarmos.

* *

Vamos dizer duas palavras com respeito ao actual ministro da fazenda o exc.^{mo} snr. conselheiro Marianno Cyrillo de Carvalho, o homem mais proeminente, o vulto mais importante do partido progressista, e que tanta importancia lhe tem merecido.

Marianno de Carvalho nasceu na Abrigada aos 25 de junho de 1836. E' filho legitimo de Manoel Marianno de Carvalho e de D. Maria Amalia de Car-

valho.

Dedicando-se á vida de boticario, mais tarde cursou com a mais notavel distincção as sciencias mathematicas, pelo que mereceu, attentos os seus conhecimentos, o cargo de lente da escóla polytechnica de Lisboa.

Muito cedo entrou para a redacção do Diario Popular, e alli deu azas ao seu talento e mostrou o que póde um jornalista de combate. Ninguem o excede nas replicas, nem nas tremendas accusações que vibra aos contrarios, deixando-os a escorrer em sangue. A penna é um estylete e um bijou. Ora fere como um ferro candente, ora alegra como uma gargalhada de criança.

Ha mais de vinte annos que faz parte da redacção do *Diario Popular*, e ainda hoje alli vae todas as noites visitar aquelle Pantheon das suas glorias.

Como tribuno é vêl-o na opposição, de lança em riste, e affrontando os seus antagonistas.

Orador facil, fluente, e de grandes conhecimentos, é difficil affrontal-o, porque aquelle que o provocar não fica contente, tal é a força da sua argumentação, quasi sempre envolta n'uma satyra mordaz e risonha.

Conquistando um logar distincto nas duas tribunas — a do jornalismo e a do parlamento — restava-

lhe apenas a de ministro.

Nomeado ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda em poucos dias da sua entrada no gabinete, mostrou quanto póde a sua robustissima intelligencia e o seu talento.

Em breves dias o nosso credito se levantou, e os fundos publicos attingiam a uma cotação que lhe dá

honra.

O seu ministerio tem-lhe merecido a mais séria attenção, e o seu robustissimo talento tem-se patenteado nas mais uteis reformas, reformas que mais tarde hão de merecer os gabos dos seus contrarios.

A creação do banco emissor, a reforma das repartições de fazenda, a conversão dos titulos de divida publica, a régie e muitas outras medidas de grande alcance, provam que o exc.^{mo} snr. conselheiro Marianno de Carvalho é um ministro trabalhador e dedicado.

Como particular é s. exc.ª um amigo affectuoso; como politico, um dos mais valentes campeões do partido progressista; como chefe de familia, um homem de bem.

Lente, jornalista, politico, parlamentar e ministro, o snr. conselheiro Marianno de Carvalho é um dos vultos mais proeminentes da vida politica do nosso paiz.

Como adversario tornou-se respeitavel, porque, possuindo uma intelligencia duplamente esclarecida, ataca a fundo todas as questões, sublinhando muitas vezes as phrases dos seus monumentaes discursos

com umas ironias pungentes, que ferem como punhaes; e tanto na tribuna parlamentar como na imprensa conquistou um dos primeiros logares.

Dito isto, resta-nos ainda provar que s. exc.ª é um dos mais estudiosos parlamentares dos tempos

modernos, e que sabe defender uma questão.

Eis pois alguns traços biographicos dos dois ministros que, pelo seu talento, pela sua intelligencia, e pelos seus merecimentos, têm sido victimas dos ataques da imprensa opposicionista, ataques que provam o quanto é grande a sua importancia politica.

O partido progressista, que, felizmente, está hoje no poder, ha de deixar bem gravada nos melhoramentos publicos a sua iniciativa; e livre do obstruccionismo parlamentar, melhor poderá applicar a sua actividade.

As suas reformas vão já merecendo a estima e consideração dos povos, e em breve veremos crescer esse partido, que foi sempre guerreado pela sua ordem d'idéas.

A anarchia, a sizania em que vivem os partidos que o guerreiam, é uma prova de que as grandes reformas do governo produzem invejas nos arraiaes contrarios.

E effectivamente, o partido progressista é o unico partido que não tem descontentes.

Honra lhe seja.

* *

Desde 1871 até 1879 o partido regenerador tomou conta das redeas do governo e entendeu que tinha conquistado o paiz. O povo já não via com bons olhos essa politica, que pretendia gozar n'elle

os direitos da governança, e em 1879 cahiu, e viuse como o partido progressista foi então recebido. Em todo o paiz houve demonstrações de regosijo, e os regeneradores — devemos confessal-o aqui — não gostaram muito d'esse enthusiasmo, e trataram logo logo d'estorvar a marcha politica do governo, acarretando-lhe os maiores dissabores.

Em 1880 revolucionou-se contra o imposto do rendimento. Não defendemos, nem accusamos este imposto. Não é para aqui tratarmos d'analysar esse principio d'administração fazendaria, mas o que vimos foi que a opposição se levantou contra elle e

contra o imposto do sello.

Cahiu o governo progressista sem ter tido tempo de ao menos estudar as questões mais importantes, e os regeneradores, que tanto combateram o imposto do rendimento e com mais afinco o imposto do sêllo, aceitaram-nos depois, e crearam o imposto do sal e os 6 por cento addicionaes por carta de lei de 27 de abril de 1882, e quantos impostos quizeram!

Esta é uma verdade que consta dos actos offi-

ciaes, que se não podem desmentir.

Em 1882 o partido constituinte, guerreando então o governo (o regenerador), chamou-lhe, no seu orgão official, a Politica de Serralho e muitos outros nomes feios, e o redactor d'esse jornal, o Diario da Manhã veio, como já dissemos, rojar-se aos pés do snr. Fontes implorar-lhe uma pasta, não se importando ir viver n'essa politica de serralho. Foi esse mesmo escriptor e jornalista que em 1871 era republicano; o mesmo que escreveu o Drama do Povo, o mesmo que insultára o snr. duque d'Avila e foi um acerrimo avilista; o mesmo que em 1871 era reformista e que hoje se ufana de ter levantado a campanha de diffamação contra os dois ministros, que nunca o offenderam.

Sentimos ter que escrever assim, mas a verdade acima de tudo.

A campanha de diffamação alastrou-se.

Primeiro foi contra o snr. conselheiro Marianno de Carvalho, como já tinha sido em 1881, e depois contra o snr. conselheiro Emygdio Navarro.

Um por causa da farda rica.

Outro por causa do chalet de Luso.

A guerra attingiu e attinge as maiores proporções, e levantaram-se as maiores calumnias.

Mas, uma simples pergunta:

Já provaram, com documentos, com factos, com testemunhas oculares ou auriculares, tudo quanto têm escripto contra aquelles dois ministros?

Aqui é que está a questão: That is the question. O publico illustrado o que deseja é que se expli-

quem claramente esses diffamadores.

Calumniar é facilimo, e tanto que tem hoje o seu apoio em quasi toda a imprensa do paiz, salvas honrosas excepções.

Qual é o jornal que não calumnía? Poucos, e esses poucos não têm quasi nenhum leitor ou assi-

gnante.

O publico acostumou-se ao descredito, á má lingua, á calumnia, ao vituperio, e não acredita senão n'essa linguagem, facil d'escrever e difficil de provar.

O snr. ministro da fazenda tem sido a victima dos calumniadores, e nem a sua propria vida particular tem escapado á sanha dos invejosos. Um seu parente (crêmos que foi seu irmão) presenteou-o com

uma farda de gala.

A imprensa da opposição gritou aqui d'el-rei contra o ministro que ainda hontem era pobre e já hoje tem uma farda rica. Não quiz indagar a proveniencia d'essa farda: não perguntou d'onde ella veio, e começou n'um destempero de linguagem que to-

dos liam, que todos gostavam; mas que, conhecida a

verdade, a todos causou nojo.

O snr. ministro da fazenda tem contra si o ter nascido humilde, ter trabalhado muito e estudado muito.

O snr. ministro das obras publicas o mesmo.

Vieram do povo para os conselhos da corôa, e eis os motivos por que são criticados, chegando até a infamia a censurar o nascimento do ultimo, e a offender-lhe as cinzas respeitaveis de seu proprio pai!!!...

E' até onde pode chegar a infamia, sem se lembrarem, esses miseraveis, que os grandes homens

nasceram bem humildes!

D'onde vieram muitos heroes que têm os seus nomes gravados em letras d'ouro na historia de todos os paizes?

De quem era filho Napoleão 1?

Quem foi a imperatriz Catharina da Russia?

E milhares d'elles, que é desnecessario aqui citar, pois que a historia todos os dias falla d'elles.

É a opposição congratula-se com essa calumnia, folga e ri como as collarejas das praças publicas, sem se lembrar que a linguagem d'aquellas viragos ou tem o correctivo na cadeia, ou no desprezo de quem as escuta.

E' accusado o governo nas pessoas dos dois ministros, e accusado d'uma maneira a mais infame de

que ha memoria.

Nem a célebre caleche do snr. Costa Cabral produziu tamanha guerra e tamanha diffamação; e todos conheceram a historia da caleche, que nunca en-

vergonhou o ministro.

A opposição, n'esse tempo, creava tambem a diffamação como arma de combate. Fez-lhe muito mal. O paiz perverteu-se, e acostumou-se a ouvir os insultos como premio do trabalho honrado.

Ahi a temos no campo, e tem colhido grandes e viçosos louros. Engana-se. A calumnia, embora suje, sempre se lava depois; e os calumniadores são os primeiros a cahir aos pés dos calumniados.

Em breve teremos a prova.

* *

Muito perto da formosa matta do Bussaco existe a povoação de Luso, onde o snr. conselheiro Emygdio Navarro, actual ministro das obras publicas, mandou construir um *chalet*, como poderia mandal-o construir em Cintra, e na decantada aldeia de Paio Pires.

Como a opposição já estava farta de o invectivar, por ter s. exc. a nascido d'um pai humilde, mas honrado, por ter nascido em Vizeu, n'essa terra onde se tratam bem todos os que procedem bem, entendeu que o melhor era fallar do chalet, e como o digno ministro, com o seu genio d'aguia e vontade de ferro, impulsionou e inaugurou as obras do porto de Lisboa, um dos melhoramentos mais reclamados por todo o corpo commercial de Lisboa, e cuja obra era, para o ministro que a levasse a effeito, uma das maiores glorias, essa opposição que via n'esse acontecimento a apotheose da grande intelligencia e vontade de ferro do illustre ministro, tratou de calumnial-o, e apresentou-se de arreganho de collareja e rompantes de fadista da Mouraria a insultar o ministro, levantando as maiores calumnias de que até se envergonha a propria imprensa de reproduzil-as.

O jornal do illustre ministro, que viu que só um despeito mal cabido podia levar os jornalistas a escrever calumnias tão infamantes, respondeu-lhes

com esta phrase:

Arre, seus malandros!

Um pouco mais forte que a de Cambronne, e a do general Palafox aos francezes.

A phrase era dura, aspera, vergastava como um

knout, e doía como um ferro candente.

Irritaram-se, e até hoje não têm cessado de calumniar o illustre ministro das obras publicas.

Provas é que não têm apparecido.

A imprensa pediu um inquerito parlamentar.

Fizeram-lhe a vontade.

Pediu os documentos da adjudicação das obras do porto de Lisboa.

Lá foram os documentos.

Quiz saber d'onde vinha o dinheiro para o chalet de Luso, como se os ministros tivessem que dar contas das obras que mandam fazer, não á custa da nação, mas sim do seu trabalho honrado, tanto como jurisconsultos, e como jornalistas.

A infamia e a calumnia subiram ao ultimo grau.

O snr. Emygdio Julio Navarro viu insultadas as cinzas de seu proprio pai; viu-se alcunhado dos nomes mais injuriosos, e s. exc. respondeu-lhes:

Ahi tendes o porto de Lisboa, que é a minha gloria, como a avenida da Liberdade é a gloria do nosso antigo collega no parlamento, o snr. Rosa Araujo.

Áquelle não faltaram insultos, a mim ainda não

acabaram.

Arre, seus malandros!

Era necessario responder-lhes assim.

E por que razão?

Porque a insultos torpes, nojentos, trescalando a arrotos avinhados, e a despeitos nojentos, era preciso responder com uma unica phrase, que foi a melhor das respostas.

E os malandrins continuaram com maior furia contra o ministro trabalhador e honrado; contra o que, nascendo pobre, humilde, sem pretenções, alcançou um nome no fôro, na bureaucracia, na imprensa, no parlamento e no ministerio.

Os escribas e phariseus apedrejaram-no, ainda

peores que os que levaram Christo ao Golgotha.

Vieram depois fallar-lhe no nome de seu pai, e descendo mais baixo que a mais reles collareja, julgaram insultar um representante da nação, um ministro e secretario d'estado, porque aquelle que lhe deu o sêr se chamou n'este mundo — André.

A infamia desceu até isto. E era um insulto? Não.

Era peor ainda. Era a profanação d'uma sepultura, onde descançam as cinzas d'um homem humilde, que deu á patria um trabalhador honrado, honesto e intelligente.

A calumnia ia até ao gusano dos tumulos magoar as cinzas frias d'um cidadão portuguez, já que

não podia ir mais além.

È a imprensa desvairada folgava com essa infamia, emquanto que o ministro, indignado, como todo o homem de bem, trabalhava para engrandecer a capital, que consentia e applaudia esses insultos.

O paiz paga sempre assim aos que o engrandecem. Gomes Freire expiou no cadafalso o seu amor á patria, e a nação portugueza exaltou a tyrannia

britannica.

Seria fastidioso, occuparia centenas de paginas o martyrologio dos que têm soffrido por bem servir a patria.

A patria?!...

Que nome tão suave aos nossos ouvidos, e que tão mal comprehende os nossos affectos!

Patria!

Está nos monumentos que se levantam altivos aqui e além? Está n'essas estatuas que, impavidas, se orgulham nos seus pedestaes? Está no ninho pa-

terno? Nos penates? No berço que nos viu nascer? Nos grandes enthusiasmos da mocidade e nas sauda-

des da juventude?

Não. A patria é o mundo. O homem é da terra. O universo é seu. O mundo é de todos. A humanidade é uma só. Não se póde dizer: aqui é a minha

patria, porque o mundo é de todos nós.

E a nossa patria é Portugal? É, no sentido mais lato da palavra; mas não podemos admittir que a raça humana queira dividir-se entre si, porque é só uma, e existe só uma religião: sabeis qual?

A do amor do proximo.

Não foi só Christo, que a prégou em Jerusalem. Não. O mundo não se creou ha seis mil annos. E n'esses mundos, outr'ora desconhecidos, sempre a humanidade defendeu os seus direitos pelo amor do proximo.

Esta é a verdadeira religião.

Os dogmas do christianismo são os mesmos de todas as religiões; e nenhuma d'ellas ensina a insultar o proximo, e a levantar uma barreira entre a carreira do homem d'estado e a sua dedicação á patria.

Com que direito se arvorou a imprensa em esta-

tua de Pasquino?

Com que direito se chama ladrões e devassos aos homens que o destino elevou aos altos cargos da administração publica?

O direito do insulto? A calumnia infame? Os

aleives torpes e debochados?

Onde iremos nós por esse caminho?

Onde iremos nós com essa libertinagem da imprensa? Onde? Quem póde dizer-nos onde iremos parar? Será uma nova conquista dos tempos barbaros do obscurantismo? Quem sabe!

Ai, imprensa, que te perdes!

* *

E' accusado o illustre ministro das obras publicas, o snr. conselheiro Emygdio Julio Navarro, jornalista, funccionario publico, escriptor, deputado da nação e ministro e secretario d'estado, de ter mandado construir um *chalet* onde lhe deu na vontade; de ter dado impulso e inaugurado as obras do porto de Lisboa, e de ter escripto no jornal as *Novidades* artigos que feriram como golpes de punhal.

Bem. São estes os pontos d'accusação do famoso libello, que vamos contestar e destruir com a maior facilidade, e fazemol-o com a consciencia de cumprirmos um dever de lealdade politica e jornalistica.

O chalet de Luso é o ponto principal em que ba-

tem todas as accusações.

A modesta habitação do nobre ministro tem custado rios de lagrimas e de invejas aos que nunca souberam o que póde o genio, a intelligencia e o talento d'um pulso e alma de ferro como a do illustre conselheiro.

Aquelle chalet não é construido — dizem os praguentos — com o producto d'um trabalho insano, mas sim com o producto das veniagas das obras do porto de Lisboa. E' feito com os titulos do emprestimo Hersent.

Esta accusação foi formulada pela imprensa da opposição, mas até hoje ainda não provou essa accusação.

Não.

Até hoje não appareceu uma unica prova de que o illustre ministro se locupletára com os dinheiros da nação; nem ainda appareceu um unico documento que podesse servir de base a tão infame como calumniosa accusação.

Porque a não tem apresentado? A resposta é simples: porque não podem; porque não as têm; porque não existem; porque tudo aquillo é a inveja levada ao requinte da maior perversidade.

Primeiro — como já dissemos — atacaram o ministro pela sua vida particular. Era filho d'um ho-

mem obscuro.

Que grande honra para elle! e que tamanha deshonra para os que não se pejavam de fallar em quem merecia o menor respeito, pois que dormia o somno dos justos, e os mortos são sagrados!

Houve já quem, em 1871, censurasse o fallecido duque d'Avila e Bolama, quando elle prohibiu as conferencias do Casino — por ser filho d'um sapa-

teiro.

E depois o mesmo rabiscador foi o primeiro a exaltar as virtudes e qualidades do fallecido ministro!

Ao que tem descido a imprensa em Portugal!

Depois das accusações tão violentas contra a ascendencia do illustre ministro das obras publicas, veio o chalet de Luso e as obras do porto de Lisboa, e uma guerra sem treguas, uma torrente de calumnias tem constantemente inundado toda a imprensa da opposição, e ha de, no fim da sua vergonhosa cruzada de diffamação, julgar-se abatida, porque o remorso ha de ser o premio de tantas vilezas.

O chalet de Luso é o cavallo de batalha da oppo-

sição.

Tem custado milhões! Nem a Alhambra lhe leva a palma. Nem o Escurial, nem o Pantheon custaram tanto dinheiro! Nem o ouro das minas de Potosi póde chegar para tão sumptuosa vivenda. Até para alli têm ido as melhores alfaias dos conventos!

Tudo!

Ora isto é simplesmente caricato e tolo!

Nenhum jornalista dos que têm escripto contra o chalet de Luso ainda o viu.

Curam por informações; e muitos dos nossos jornalistas são assim. Fallam de papo d'aquillo que não entendem, outros não estudam as questões; outros não sabem o que dizem, e escrevem a esmo no

que muito bem lhes parece.

Tirem-lhes o doesto, a calumnia, a inveja, e tereis uns desgraçados idiotas que não sabem coisa alguma de politica, de administração publica, d'instrucção; que não conhecem as questões; e finalmente, para gaudio do Zé Povinho, nem sequer sabem lêr a grammatica portugueza.

Uns meliantes de alcouces e bordeis, com uma linguagem torpe e soez, morrendo de fome e de frio e chamando ladrões a todos — elles que são os ver-

dadeiros ladrões da honra alheia.

Elles que declinam a responsabilidade do que escrevem no primeiro scroc que se lhes vende por meia duzia de tostões.

Bem disse o jornal do illustre ministro! Arre, seus malandros!

* *

Parecerá estranha esta linguagem n'um pamphleto, mas tem sido tal a nossa indignação contra essa guerra infame que se tem feito aos dois ministros, que não podemos deixar de protestar contra ella e de fustigar essa imprensa vendida aos 10 reis do gallego boçal, do fadista avinhado, do merceeiro estupido, dos gravoches da politica.

Não nos podemos calar perante tamanha indi-

gnidade.

Somos jornalistas, e jornalistas muito velhos. Temos pela imprensa o culto mais devotado; mas quando essa imprensa desce onde tem descido ultimamente, até nos envergonhamos de pertencer a uma instituição das mais grandiosas do mundo civilisado.

Isso que ahi está não é imprensa, — salvas honrosas excepções — é uma sentina publica, um cano

de esgoto.

Fóra com os malandros da imprensa! Fóra com esse pulhismo mercantil que rebaixa o paiz e a nós todos! Fóra com aquelles que o Martyr do Golgotha enxotou do Templo!

Fóra com esses miseraveis facciosos da honra

alheia!

Abaixo essa imprensa corrupta e corruptora, e

acabe-se com ella por uma vez!

Isso não é liberdade de imprensa, é a licença desenfreada, ou peor ainda, é o punhal do sicario, a navalha do fadista, o bacamarte do bandido, e tudo o que póde deshonrar uma nação.

E não se envergonham, não se pejam de vender

os seus insultos... a troco de alguns reaes!

Que miseraveis!

Ao escrevermos assim, não julguem que não adoramos a liberdade da imprensa, e que somos retrogrados. Não.

Ninguem mais do que nós venera esse principio da civilisação; ninguem lhe prestará melhor e mais

devotado culto.

Mas da liberdade da imprensa, como ella deve ser, e para o que hoje d'ella se faz, vai uma enorme distancia. Vai a differença do nadir ao zenith. Da treva dos abysmos ao cariz da atmosphera.

Vai finalmente a distancia de dezenove seculos

de luctas e de trabalhos.

A guerra ao illustre ministro das obras publicas veio logo que s. exc. entrou para ministro. Todos os seus antagonistas, todos os seus contrarios, se peitaram entre si para vêr qual era o primeiro a ter a honra do insulto.

As investidas contra o ministro eram de verda-

deiros possessos.

O exc. mo conselheiro Emygdio Navarro causára-lhes medo. O antigo estudante de Coimbra, o jornalista de pulso, o funccionario intelligente, o escriptor vernaculo e primoroso, o distincto parlamentar, incommodava, e incommoda ainda, os que têm sido apenas uns parasitas do orçamento, e que nunca se abalançaram a grandes commettimentos; por isso, a penna d'ouro, o punho de ferro, a vontade energica, a intelligencia robusta de Navarro, eram, e são, para os miseros, uns terriveis symptomas de popularidade, que á força de muito trabalho tinha conquistado aquelle homem.

Vamos derrubal-o! Vamos cavar-lhe um abysmo, e destruir-lhe essa popularidade com a mais vil das calumnias; por todos os meios, por todas as tricas, chicanas, alcavalas, tudo quanto a inveja póde des-

pertar nas almas vis e baixas.

Nada tem escapado á sanha dos fundibularios. As pedradas surgiram de todos os lados, e o alvo é o chalet de Luso e a questão Hersent.

A mesma guerra que se fez a Costa Cabral com

a caleche e com a quinta do Alfeite.

A mesma politica d'arruaças, de cantatas, d'aleives, até que o ministro entregue a pasta, e depois tudo acaba.

Oh humanidade! como és estupida e feroz!

O chalet de Luso foi a peor de todas as politicas!

Que importava um deficit de 7:000 contos de reis; uma divida fluctuante de 15:000 contos; uma

divida consolidada de 400:000 contos; uma infinidade d'impostos, tudo isso herança do consulado regenerador, junto d'uma habitação na serra de Luso?

Que valia o imposto do sal, o imposto do consumo, os cem mil addicionaes, os emprestimos de milhares de contos de reis; umas luvas de fino tecido, as negociatas da salamancada, as eleições feitas á cabralina; as demissões e transferencias forçadas de muitos empregados; o esquecimento de serviços políticos; os insultos ao rei; o apoio tacito e encoberto á propaganda republicana; as aposentações forçadas, tudo isto que era em vista do chalet de Luso?

E' que tudo aquillo custava dinheiro á nação, e o *chalet* é pago pelo bolso do ministro que trabalha e trabalhou muito para ganhar um bocado de pão honradamente.

E' que os ministros regeneradores não mandavam construir *chalets*. Fabricavam luvas, e que luvas! Que o diga o *Antonio Maria* do intelligente caricaturista o snr. Bordallo Pinheiro.

Mas essas luvas não appareciam em publico, e o chalet de Luso vê-se no meio d'uma serra agreste e

ao mesmo tempo poetica.

O partido progressista foi chamado ao poder, visto que os regeneradores tinham entregado as pastas; e tinham-as entregado, porque esse partido, gasto com as suas demasias, não podia continuar a governar a nação.

E os invejosos e ambiciosos viam cahir a arvore que lhes offerecia pomos d'ouro, e combinaram mentir só para atacar os dois ministros dos mais trabalhadores do actual ministerio.

Era forçoso atacal-os e deixar em paz os outros ministros, pois que desde 1879 até 1881 tinham sido postos pelas ruas da amargura o illustre conselheiro snr. Luciano de Castro, actual presidente do conselho de ministros, ministro do reino e chefe do

partido progressista.

Têm-no deixado, porque a sanha dos pseudo-regeneradores é toda contra os dois ministros: o da fazenda e o das obras publicas.

E porque?

D'onde provém essa guerra?

E' porque ambos elles entenderam que só uma vontade de ferro podia pôr cobro ás demasias, ás irregularidades, á paparoca d'aquelles ministerios que foram sempre o feudo dos governos regeneradores, e onde se acoitavam todos os que gritavam:

O povo póde e deve pagar mais! Os regeneradores crearam impostos. Os progressistas têm-nos diminuido.

Aboliu o imposto do sal, e isentou da contribui-

cão industrial muitos contribuintes.

Estuda as questões economicas, administrativas e sociaes; e tudo isto causa inveja aos que nunca as estudaram.

E' isto o que lhes dôe.

Que santo amor têm pelo paiz aquelles que nunca fizeram cumprir os contractos! aquelles que sugaram o thesouro como sanguesugas insaciaveis! aquelles que nos apresentaram um deficit monstro, e que crescia e nascia como a hydra da fabula! aquelles que fizeram do ministerio da fazenda o asylo de mendicidade, e onde tudo corria como nós sabemos!

Tudo isto tem custado muita e muita inveja, e d'esse ponto partem todas as invectivas contra os

dois ministros.

Houve um tempo em Portugal em que a imprensa soube elevar-se no conceito publico e o parlamento á sua verdadeira altura.

Esse tempo infelizmente acabou.

Hoje estamos cavando a nossa ruina, porque da desmoralisação da imprensa nasce a desmoralisação dos nossos costumes; e a sociedade — forçoso é confessal-o — está n'um estado de verdadeira anarchia

mansa, a peor de todas as anarchias.

Por este caminhar veremos a sociedade n'uma completa desordem, e terrivel será a sua hecatombe. Não pelejaremos com as armas e letras. O gladio e o pensamento serão substituidos por uma devassidão completa, cahindo uma a uma todas as nossas regalias, todos os nossos direitos, todo o nosso amor pela humanidade.

Seremos peor que os anthropophagos.

A raça humana, esta que se expande em irradiações de luz, que abre além o canal de Suez e o istimo do Panamá; e aqui os palacios d'industria com o seu lemma evangelisador Progrediór; essa raça que adorou o christianismo de Jesus e o christianismo da litteratura meiga, suave, perfumada, amorosa, querida e bella, essa raça, a pura raça latina, será olhada pelos proprios selvagens como uma degeneração da raça humana.

Terá então razão Darwin.

Seremos os quadrumanos do seculo XIX representados n'uma imprensa que se prostituiu por uns miseros reaes. Por uma imprensa que se levantou impavida e arrogante a pedir contas d'uma construcção urbana que incommodava aquelles que têm feito todos os processos de *chantage* para venderem o jornal, o seu descredito e a sua deshonra.

E são estes que vieram accusar dois homens, porque esses dois homens tiveram a coragem d'arrostar com as atoardas dos impacientes para melhorarem a situação financeira do seu paiz, que estava proximo d'uma bancarrota!

Væ victis! Ai, d'aquelles que bem cedo colherão

os fructos da sua perversidade!

Esses, que hoje insultam, serão ámanhã deputados, ministros, embaixadores, diplomatas, e então veremos como a sua consciencia ha de accusal-os por terem sido injustos.

Têm esgotado todo o fel da calumnia contra dois ministros, e até hoje não provaram uma unica das

suas muitas accusações.

Nem um unico quesito formularam no seu libello accusatorio contra os dois ministros, que fosse provado. Nenhum.

O povo que note isto; e nós impulsionados por um dever que nos impõe a nossa nacionalidade, levantamos um brado de indignação contra esses miseraveis que desceram até ao ultimo degrau da maior das baixezas para ennodoarem (se é que ennodoaram) a reputação de dois homens trabalhadores.

Chegou a infamia até não pouparem a doença de uma virtuosa senhora, que esteve ás portas da morte, a propria esposa d'um d'aquelles ministros, e os inquisidores da honra insultaram-lhe seu marido que

velava á cabeceira do seu leito! Nem assim!

Honrado foi o partido progressista, que, no momento em que o snr. Pinheiro Chagas cahia ferido no seu leito, todos os soldados d'aquelle partido correram a sua casa, e a sua dedicação, as suas bolsas, o seu valimento, foi immediatamente posto ás ordens da sua inconsolavel familia.

A virtuosa esposa do exc.^{mo} ministro das obras publicas estava ás portas da morte, e os regenerado-

res e republicanos insultaram-lhe o marido.

Pinheiro Chagas estava quasi moribundo, e os jornaes progressistas animaram a esposa e filhos do illustre escriptor e distincto parlamentar. Que contraste! E que bella lição de dignidade! Bastava isto para derrubar, uma por uma, todas as

accusações feitas aos dois ministros.

Leiam isto. Confrontem os dois factos entre si, e digam-nos se o partido progressista não lamentou—una voce—a desgraça que pairava nas azas da morte junto da habitação do illustre auctor do Drama do Povo e da Historia de Portugal, e depois accusem o ministro das obras publicas e accusem-no com provas.

O que se passou com o fatal acontecimento do snr. Pinheiro Chagas, o que se disse, e o que se escreveu então, é de si tão infame e tão asqueroso, que é melhor não lhe tocar, e passar uma esponja de in-

dignação sobre tamanha infamia!

E Portugal, esse povo meio illustrado que lê o Seculo e a Folha do Povo, batia as palmas de contente quando viu a attitude dos regeneradores e republiqueiros contra as obras do chalet de Luso.

Fizeram muito bem. Querem as contas de tudo,

elles que jámais apresentaram um orçamento!

Se nós quizessemos bulir nas feridas d'essas escólas e d'esses *clubs* republicanos onde até hoje não appareceu uma unica conta de receita e despeza, ai! o que não appareceria!

E dos regeneradores? As contas de Tancos?

Os tribunaes militares de Santa Clara?

Da penitenciaria?
Da salamancada?

Dos caminhos de ferro do sueste?

E as corrupções a torto e a direito?

E os salgados do Algarve?

E as nomeações da parentela?

E os orçamentos?

E o caminho de ferro do Algarve?

E... e... e os milhares de libras que se gastaram com as eleições?

E os fornecimentos?

E as gordas commissões e conesias?

E as viajatas dos afilhados?

Ora quem tem d'estes sudarios; quem levou tantos annos a não dar contas, bom era que as não pedisse a quem tão promptamente se apresenta de fronte levantada a encarar os accusadores e a darlhes todas as contas e todos os documentos.

Leia e estude o povo tudo isto, medite este pequeno folheto, e verá que os que accusam são sem-

pre os mais criminosos.

Estude as questões importantes do nosso paiz, e veja que o partido regenerador legou ao partido progressista:

Uma divida nacional de 400:000 contos de reis. Um deficit de 9:000 contos de reis, aproximadamente.

Uma divida fluctuante de 15:000 contos de reis.

E as inscripções a 36.

Medite n'isto tudo, e veja que detraz d'aquelles milhares de contos está a inveja mordendo-se de raiva, porque as inscripções chegaram no proximo mez de abril preterito a 63.

* *

As evoluções que se têm operado no mundo politico e na Europa civilisada desde a queda do mallogrado Luiz XVI até á presente data, apenas nos têm demonstrado que, se a illustração caminha, a desmoralisação acompanha-a.

A par de Chateaubriand, os livres-pensadores.

Junto de Victor Hugo, Karl-Marx.

Perto de Lamartine, Julio Simon.

O canal de Suez a contemplar a guilhotina.

O palacio de crystal do Porto a admirar a imprensa assalariada.

Os poemas d'Alexandre Herculano estremecendo de horror perante os romances realistas.

Os artigos do Panorama chorando mágoas junto

dos pasquins republicanos.

As cinzas de Castilho, de Rebello da Silva, de Mendes Leal, de Garrett, de Silva Gaio, de Julio Diniz, de Silva Tullio, e de muitos outros a contemplarem extaticas essa linguagem mascavada de gallicismos, de torpezas, de babozeiras que *illustram* as columnas d'alguns jornaes da actualidade.

O progresso a admirar a escravidão da intelligencia, subjugada pelos pasquins baratos, e pela crassa

ignorancia dos rabiscadores d'esses pasquins!

Os ministros insultados por tudo; e o parlamento a quebrar os laços d'amor patrio que o devia tornar independente.

O theatro como alcouce! Os alcouces como refu-

gio da mocidade esperançosa.

Não somos pessimistas. Não vemos que isto tudo nos acarrete uma guerra civil, nem estrangeira. O unico perigo é, que nos desmoralisamos e que não temos imputação alguma.

Quando se chega a este estado, o paiz receia convulsionar-se como a cratera d'um vulção, e rebentar

com estampido medonho.

E' o que receiamos.

Reforma na imprensa, e teremos reformada a sociedade.

Responsabilidade para todos; e que a honra de todos nós não esteja á mercê d'uns valdevinos que vêm para um jornal insultar-nos, sem saber pelo que.

Façamos isto, e sejamos coherentes nos nossos

principios.

A lucta do progresso não é o insulto, é a illustração.

* *

Temos ouvido insultar os dois ministros de que tratamos n'esto folheto, e demonstrámos quaes os

motivos d'essa guerra sem treguas.

Para trazermos para aqui todas as provas de que essas accusações eram falsas, nós precisariamos de desmentir os jornaes, um por um, dos que têm escripto contra elles. Ora a transcripção d'essas accusações resume-se n'isto.

Os dois ministros acabaram com todas as chu-

chadeiras, e esta accusação não tem provas.

Faremos nós essas accusações gratuitas, e pedimos, rogamos, imploramos aos accusadores dos dois ministros que nos desmintam.

Damos-lhes o arco da rua Augusta, o campo de Tancos, as obras de Santa Clara e a penitenciaria.

Já são uns bons pares de vintens. Não acham? Vale bem a pena de provar que não houve chuchadeiras nos dois ministerios e que tudo aquillo era um templo de vestaes.

Epaminondas nem zombando mentia: os regeneradores nem papando a ultima migalha do orçamento são capazes de se locupletarem com um real.

Honrados são só elles. Os progressistas são uns verdadeiros ladrões! Uma sucia de malandros; isto na linguagem dos que tanto têm insultado os dois ministros.

O peor é que nunca—os taes honrados—publicaram as contas que se lhes pediram tantos e tantos annos, dia a dia, hora a hora.

E clamam contra o governo progressista?! Fazem elles muito bem. Honra lhes seja. Já que não

apresentaram as suas contas, querem saber das alheias.

Pois lá as têm, e bem discutidas.

and the augustions with an enthural school and

critiques regle fellous a demonstrativo como os

Vamos terminar, mas antes de o fazermos, pedimos ao leitor, se é jornalista, dos que accusaram o snr. ministro das obras publicas, que no jornal ou jornaes em que escreve, nos diga: Onde se sumiram as contas do que apontamos, durante um consulado de tantos annos.

Ao povo, que responda ás accusações infames e gratuitas dos scrocs com o desprezo. Para comprehender, já que lê esses pasquins, que o homem que se eleva é sempre insultado em vida.

O caminho do dever politico é erriçado de espinhos.

A gloria é muito amarga.

A posteridade nada vale: honra os mortos, mas

não os poupa em vida.

A posteridade de Gomes Freire não lhe mitigou as grandes amarguras do carcere, nem as agonias do patibulo.

Nascer humilde é digno, o elevar-se ainda é mais

digno.

O homem intelligente não é invejoso. Os estupidos despedaçam-se a si proprios.

A luz dos grandes homens, é como o sol que alu-

mia o mundo inteiro.

A sombra dos invejosos e dos pequenos é como a da mancenilheira: mata a quem se aproxima d'ella. contract and a second contract from Marianno de Carvalho.

Emygdio Navarro.

Nasceram humildes. Elevaram-se. Os seus nomes illustraram-se. A calumnia quiz cavar-lhes um abysmo; mas não pôde. Esse abysmo desappareceu com os grandes emprehendimentos, com a muita illustração, com a muita dedicação com que ambos elles se entregam á grande obra da regeneração financeira d'este paiz.

E' assim que se fazem calar os praguentos.

Quando a calumnia acabar, começará a justiça a cumprir com os seus deveres.

Essa justiça é tardia, e chama-se — Posteridade!

* *

Ahi ficam, pois, duas palavras como protesto ás infames accusações aos dois ministros.

Não as escrevemos para mendigar empregos, nem para louvaminhar ou incensar os dois ministros.

Como escriptores, como jornalistas, como portuguezes, como liberaes, repugna-nos essa guerra infame contra aquelles dois homens trabalhadores.

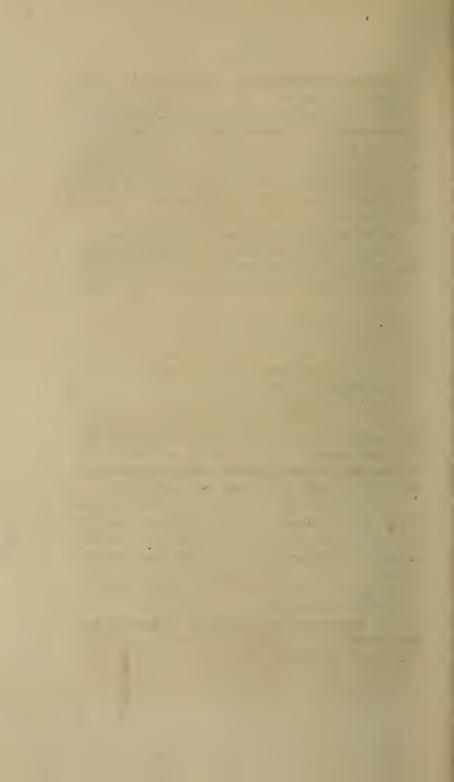
De ha muito que desejavamos publicar este folheto, mas esperavamos que o parlamento provasse até á evidencia que as obras do porto de Lisboa são a corôa civica do ministro que as impulsionou e inaugurou.

Chegou esse momento. Eis a nossa obra. Está

cumprida a nossa missão.

Às accusações foram injustas, improcedentes e rancorosas.

· O povo cumpre-lhe agora fazer justiça.



Notas

1.a

A votação da camara electiva

Na sessão da camara dos snrs. deputados da nação portugueza de 22 de maio do corrente anno, foi approvada por 93 votos de maioria a moção d'ordem na questão das obras do porto de Lisboa.

O triumpho do illustre ministro das obras publicas está

alli.

Nada mais e nada menos.

2.a

«Os Pontos nos ii»

Em 17 de maio do corrente anno a esplendida revista humoristica do illustre e honradissimo caricaturista Bordallo Pinheiro, cuja independencia de caracter é tão elevada, cujo talento não se roja a bajulações, e do qual se póde dizer que tem um coração preso a todos os affectos de verdade e justiça, Raphael Bordallo Pinheiro, que não é progressista, como

toda a gente sabe, publicára no seu semanario humoristico o seguinte com respeito ao

CHALET DE LUSO

« Explicação:

Em fins de agosto de 1886, o ministro das obras publicas reuniu em Luso um grupo de engenheiros, a quem tinha de dar instrucções para estudos de caminhos de ferro, e alguns amigos particulares. Eramos do numero d'esses amigos; e a todos offereceu Emygdio Navarro o acolhimento hos-

pitaleiro da sua casa de campo.

O desenho que hoje publicamos, é a reproducção fiel do desenho publicado na 1.ª pagina do nosso numero de 23 de setembro d'aquelle anno. Representa o chalet de Luso, já então construido, de que ninguem até ahi murmurára, e que anno e meio mais tarde veio a tornar-se famoso nas questões Hersent, por uma singular deducção de apreciações, e uma extravagante inversão de datas que só as paixões politicas podem engendrar.

Era de 23 de setembro de 1886 o nosso desenho, documento publico. O concurso para as obras do porto de Lisboa abriu-se em fins de dezembro d'esse anno, a adjudicação fezse em abril de 1887, e a portaria dos lucros fabulosos do empreiteiro é de agosto do mesmo anno! Não é uma bella

e honrada coisa a politica partidaria?!

Quizemos protestar logo e trazer o nosso testemunho, quando vimos por tal motivo levantada uma guerra feroz contra um homem que honradamente tem posto a sua incontestavel energia e valiosissimos merecimentos ao serviço do desenvolvimento de algumas das forças mais vitaes do paiz.

A critica perderá os seus direitos de critica se não fôr igualmente justa para castigar os vicios e para corrigir as iniquidades manifestas. Mas Emygdio Navarro, invocando tudo quanto da sua amizade podia ser argumento para nós, prohibiu-nos que o fizessemos para que ninguem podesse attribuir a motivos interesseiros, o que era um desaggravo, solicitado só pela nossa consciencia.

Hoje, porém, que a questão foi julgada no parlamento e como um triumpho para o ministro tão injustamente aggredido, cessaram essas nobilissimas razões de melindre.

Pomos em frente do nosso desenho de setembro de 1886 o nosso desenho de maio de 1888. De permeio, ponha a opinião publica os artigos da imprensa do fim do anno

passado e principios d'este anno, e que tire a moralidade do caso. Não é Emygdio Navarro que terá a soffrer com esse iulgamento.»

of many side of the contraction Apreciações dos jornaes estrangeiros factorized that are supplementations of the other many

Do considerado jornal allemão, que se publica em Sttutgart, Wurttembergilche Landes-Zeitung, transcrevemos parte do notavel artigo publicado em o numero de 8 do corrente sob a epigraphe Wurttemberg und Portugal:

«O actual ministro das obras publicas, o snr. Emygdio Navarro, que é incontestavelmente, pela súa intelligencia, a sua fertilissima iniciativa, a sua energia e boa vontade, uma das personalidades portuguezas mais accentuadamente eminentes, consagra-se com um zelo muito patriotico ás obras publicas. E basta-nos para o comprovar, apontar, entre outras, as construcções dos portos de Lisboa, Porto e Açores - e ainda as estradas e vias-ferreas, que, graças á sua poderosa acção, estão tomando um consideravel desenvolvimento. Por outro lado a creação das novas escólas agricolas e industriaes, theoricas e praticas, provam todo o interesse que a instrucção lhe tem merecido.

Havemos de dar successivas noticias sobre o desenvolvimento d'esse paiz, que merece todas as nossas sympathias. »

4.a

Justica

Muitas camaras municipaes, entre ellas a da invicta cidade do Porto, da mui nobre cidáde de Vizeu, de Guimarães, e muitas outras, têm, não só inaugurado o seu retrato, mas enviado ao illustre ministro representações que são o testemunho do respeito que lhe consagram, e da justica que merece o seu elevado caracter.

5.a

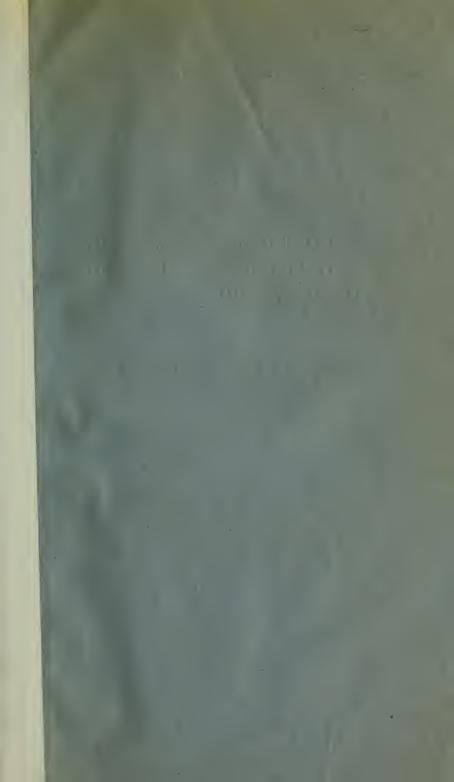
A verdade

O nome do ill.^{mo} e exc.^{mo} snr. conselheiro Emygdio Julio Navarro, actual ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, está vinculado ao maior dos melhoramentos que tem hoje Portugal:

As obras do porto de Lisboa E a rede dos caminhos de ferro.

Honra pois ao illustre ministro.





Este folheto vende-se unicamente em AVEIRO.

Pedidos a Francisco Dias de Moura,

do Rocio — AVEIRO.

PREÇO 200 REIS

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

BRIEF

DPB

0000968

0184714

